

## ORÇAMENTO 2014

## Subvenções dos políticos podem ser suspensas

Raquel Martins

**A**s subvenções vitalícias dos políticos vão passar a estar dependentes de uma prova de condição de recursos e, em alguns casos, poderão ser totalmente suspensas.

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2014 prevê que todos os beneficiários de subvenções vitalícias e subvenções de sobrevivência (calculadas com base nas remunerações de cargos políticos) que tiverem um rendimento médio mensal superior a 2000 euros (sem contar aqui com a subvenção) verão a sua subvenção suspensa. O mesmo acontecerá a quem tiver um património mobiliário (ações, por exemplo) acima de 100.600 euros.

Os restantes beneficiários terão um corte na sua subvenção. A proposta determina que apenas terão direito ao valor que resultar da diferença entre o rendimento médio auferido e o limite dos 2000 euros. Por exemplo, um ex-político que tenha 1600 euros de salário e não tenha qualquer património mobiliário terá direito a receber 400 euros de subvenção (a diferença entre os 1600 e o limite de 2000 euros).

De acordo com a proposta de orçamento, o beneficiário da subvenção deve entregar à entidade processadora da prestação, até ao dia 31 de Maio de cada ano, a declaração de IRS ou a certidão comprovativa de que, nesse ano, não foram declarados rendimentos. Quem não cumprir verá a prestação suspensa de imediato.

A medida “abrange todas as subvenções mensais vitalícias e respectivas subvenções de sobrevivência, independentemente do cargo político considerado na sua atribuição”. Mas haverá excepções: a proposta prevê que as subvenções pagas aos ex-Presidentes da República e aos cônjuges de Presidentes ou ex-Presidente da República que morreram não são abrangidas. O Governo chegou a equacionar um corte de 15%, mas acabou por optar por uma solução mais radical.



Metro de Lisboa é uma das empresas com maiores encargos com complementos de reforma

## Empresas públicas poupam mais de 20 milhões com suspensão de complementos de reforma

Raquel Almeida Correia

**A**s empresas públicas que acumulem prejuízos durante três anos consecutivos vão ser obrigadas a suspender os complementos que pagam aos trabalhadores reformados e aos que se aposentarem a partir do próximo ano. A medida, que afectará sobretudo o sector dos transportes, irá permitir uma poupança superior a 20 milhões de euros anuais, apurou o PÚBLICO.

A proposta de lei do Orçamento do Estado (OE) para 2014 determina que seja vedado o pagamento deste complemento, que é pago para suportar a diferença entre a reforma e o último salário auferido, “aos trabalhadores que passem à situação de aposentação a partir de Janeiro de 2014”. A mesma suspensão acontecerá, de forma retroactiva, em relação aos funcionários que se reformarem “até Dezembro de 2013”.

A medida abrange todos os complementos de pensões atribuídos pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela Caixa Geral de Aposentações ou por outro sistema

de protecção social, “na percentagem não financiada pelos descontos e contribuição dos trabalhadores”. Ou seja, todos os montantes que não provenham directamente da carreira contributiva deixarão de ser pagos, como acontecia até aqui.

A medida vai aplicar-se às empresas que apresentem resultados líquidos negativos durante três anos consecutivos. E, dentro do Sector Empresarial do Estado, são muitas as empresas que se enquadram neste perfil, sobretudo no sector dos transportes (em que os prejuízos financeiros associados à avultada dívida têm elevado as perdas de ano para ano).

O pagamento dos complementos de pensões só poderá ser retomado “num contexto de reposição do equilíbrio financeiro das empresas”, refere a proposta de lei do OE, especificando que esta situação só se verificará após “cinco anos de resultados líquidos positivos”.

O documento acrescenta ainda que “a reposição do pagamento de complementos de pensões ocorre em três anos, na proporção de um terço por cada ano”, frisando que este novo regime “tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quais-

quer outras normas legais, especiais ou excepcionais”, nomeadamente sobre os acordos de empresa.

O PÚBLICO apurou que esta medida vai significar uma poupança anual superior a 20 milhões de euros, sendo que a grande fatia virá das empresas públicas de transportes. Dentro deste sector, a Metro de Lisboa e a Carris são as empresas que mais encargos têm actualmente com os complementos de reforma.

No relatório que acompanha a proposta do OE para o próximo ano, explica-se que, nas empresas públicas tuteladas pelo Ministério da Economia e que são reclassificadas (ou seja, que estão incluídas no perímetro das contas públicas e que contam para o défice) a diminuição de gastos com esta rubrica vai atingir 11,3 milhões de euros em 2014.

Esta medida promete gerar muita contestação por parte dos sindicatos, que nos últimos anos têm criticado o controlo de custos no Sector Empresarial do Estado. Os protestos começaram, aliás, ainda antes de o OE estar fechado, com plenários e uma ameaça de greve na Metro de Lisboa, que foi suspensa por causa da definição de serviços mínimos.

## Os liliputianos: “Não fazem por menos - tornam-se fatais”

Comentário  
José Reis

**O**s anteriores OE cumpriram um objectivo: desvalorizaram o trabalho, aceleraram o desmantelamento do Estado social, convulsionaram compromissos sociais básicos, colocaram os fracos em situação de maior fraqueza, retirando-lhes a esperança e asfixiando-lhes as expectativas, e impuseram a convicção ideológica de que a vida é um assunto de mercados. Resta uma economia depauperada e uma sociedade despojada da energia básica que lhe permite ser saudável, só restando a muitos abdicarem de si mesmos e do país. Este OE quer completar a tarefa e fá-lo de uma forma que impressiona, tal a violência. Hoje, as pessoas comuns sabem com clareza laboratorial como não funciona uma economia: não funciona com crueldade salarial e fiscal e destruição da procura interna. Mas é claro que as pessoas comuns não estão no Governo. Estão lá pessoas incomuns, mas não pela sua sabedoria, autonomia ou grandeza. São os liliputianos da canção do José Mário Branco: “Quando são demais - não fazem por menos - tornam-se fatais”. É preciso continuar a falar de punção salarial? E de privatização de serviços e definhamento da administração? É preciso falar de investimento e emprego? Mas é preciso falar do enorme transvase de riqueza para o exterior sob a forma de pagamento de juros da dívida. E da procura interna que, sendo destruída, destrói a economia. E, com ela, a sociedade. A alternativa existe e tem várias dimensões. Uma delas é um compromisso de estabilização salarial e de reposição de níveis mínimos de justiça social. Então, sim, haverá crescimento e redução do desemprego. O José Mário que acabe este texto: “Assim me estão a prender... Já não me posso mexer...” **Economista**